



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

HIERARQUIAS DE GÊNERO, CRISTIANISMO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR: pensando o contexto caboverdiano

HETERARQUÍAS DE GÉNERO, CRISTIANISMO Y LA EDUCACIÓN ESCOLAR:
reflexionando sobre el contexto caboverdiano

GENDER HIERARCHIES, CHRISTIANITY, AND SCHOOL EDUCATION:
thinking about the cape verdean context

José Eduardo Garcia dos Santos
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Yasmin Cartaxo Lima
Universidade Federal do Paraná - UFPR
yasclima@gmail.com

Elenilton Vieira Godoy
Universidade Federal do Paraná - UFPR
elenilton@ufpr.br

Maria Catarina Chitolina Zanini
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
zanini.ufsm@gmail.com

Resumo: Este artigo objetiva refletir acerca das questões de gênero em Cabo Verde, ex-colônia europeia. Problematizar essa perspectiva é importante, pois nos contextos de colonização observam-se concepções essencialistas, hierárquicas e deterministas que se estabeleceram e se criaram em torno das visões ocidentalizadas de gênero. Nessas concepções se naturalizou a ideia de sexo e gênero e as relações assimétricas que as permeiam resultando em violências em suas diferentes configurações. As concepções de sexo e gênero se estabelecem socialmente mediante processos de significação e hierarquização do corpo biológico sob o qual se designam as funções sociais baseadas no sexo. Nesse contexto, o presente artigo toma como objetivo compreender a influência que o cristianismo praticado em Cabo Verde tem no processo de naturalização do gênero e, portanto, na naturalização das relações assimétricas, bem como a sua influência no silenciamento dessas questões nas escolas cabo-verdianas, inclusive no seu sistema de ensino. Para atingir o objetivo proposto optamos pela revisão bibliográfica numa perspectiva qualitativa enquanto recurso metodológico. Como resultado, espera-se que este trabalho contribua, de um modo geral, para uma reflexão, especialmente no contexto cabo-verdiano, em torno das questões de gênero no sentido criar e fortalecer redes que trabalham na perspectiva de desestabilização da perspectiva naturalista e cisgender normativa do gênero que tem condicionado as desigualdades sociais e, consequentemente, a instabilidade social. Nesse sentido, espera-se sobretudo, que esse trabalho contribua como um elemento para se pensar a forma como as políticas públicas e educacionais tem incorporado e lidado com a questão de gênero em Cabo Verde.

Palavras-chave: Cristianismo. Gênero. Educação Escolar.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las cuestiones de género en Cabo Verde, una ex colonia europea. Problematicar esta perspectiva es importante, ya que en los contextos de colonización se observan concepciones esencialistas, jerárquicas y deterministas que se han establecido y creado en torno a las visiones occidentalizadas de género. En estas concepciones se ha naturalizado la idea de sexo y género, así como las relaciones asimétricas que las atraviesan, resultando en violencias en sus diferentes configuraciones. Las concepciones de sexo y género se establecen socialmente a través de procesos de



significación y jerarquización del cuerpo biológico sobre el cual se designan las funciones sociales basadas en el sexo. En este contexto, el presente artículo tiene como objetivo comprender la influencia que el cristianismo practicado en Cabo Verde tiene en el proceso de naturalización del género y, por lo tanto, en la naturalización de las relaciones asimétricas, así como su influencia en el silenciamiento de estas cuestiones en las escuelas caboverdianas, incluido en su sistema educativo. Para lograr el objetivo propuesto, optamos por una revisión bibliográfica desde una perspectiva cualitativa como recurso metodológico. Como resultado, se espera que este trabajo contribuya, en general, a una reflexión, especialmente en el contexto caboverdiano, sobre las cuestiones de género con el fin de crear y fortalecer redes que trabajen en la desestabilización de la perspectiva naturalista y cis-heteronormativa del género que ha condicionado las desigualdades sociales y, en consecuencia, la inestabilidad social. En este sentido, se espera, sobre todo, que este trabajo contribuya como un elemento para reflexionar sobre cómo las políticas públicas y educativas han incorporado y tratado la cuestión de género en Cabo Verde.

Palabras clave: Cristianismo. Género. Educación Escolar.

Abstract: This article aims to reflect on gender issues in Cape Verde, a former European colony. Problematising this perspective is important because in colonization contexts, essentialist, hierarchical, and deterministic conceptions are observed, which have been established around Westernized views of gender. In these conceptions, the idea of sex and gender has been naturalized, along with the asymmetrical relationships that permeate them, resulting in violence in various configurations. Conceptions of sex and gender are socially established through processes of signification and hierarchization of the biological body, upon which social functions based on sex are designated. In this context, this article aims to understand the influence that Christianity practiced in Cape Verde has on the process of gender naturalization and, therefore, on the naturalization of asymmetrical relationships, as well as its influence on silencing these issues in Cape Verdean schools, including in its education system. To achieve the proposed objective, we opted for a bibliographic review from a qualitative perspective as a methodological resource. As a result, it is expected that this work will contribute, in a general sense, to a reflection, especially in the Cape Verdean context, on gender issues in order to create and strengthen networks that work towards destabilizing the naturalistic and cisheteronormative perspective of gender that has conditioned social inequalities and, consequently, social instability. In this sense, it is hoped, above all, that this work will contribute as an element for thinking about how public and educational policies have incorporated and dealt with the issue of gender in Cape Verde.

Keywords: Christianity. Gender. School Education.

Introdução

É perceptível como nas sociedades ocidentais as categorias de gênero têm se estruturado de forma binária, hierárquica e assimétrica, além de ter como base noções estereotipadas de como cada gênero deve atuar socialmente. Tais relações têm surgido como resultado de uma concepção naturalista que comprehende o gênero enquanto uma condição biológica inata, uma estrutura fixa que se caracteriza pela binariedade e **cisheteronormatividade**¹. Nesse sentido, segundo Judith Butler² (2000), a identidade de gênero, assim como as relações que as permeiam se explicam, de acordo com essa

¹ Para Eli Bruno do Prado Rocha Rosa (2020), a cisheteronormatividade é, inicialmente, a heteronormatividade. Para o autor, a heteronormatividade só é heteronormatividade porque antes era cisheteronormatividade. Isso porque “todo o sistema de poder baseadas na heterossexualidade dos corpos pressupõe, antes, que esses corpos são cisgêneros” (ROSA, 2020, p.68).

² Escolheu-se fazer as citações com o nome completo da pessoa autora na primeira menção como forma de reconhecimento e visibilidade às mulheres pesquisadoras.



concepção essencialista, partindo dos aparatos biológicos, fisiológicos e sexuais. A naturalização dessa categoria, para Carmelita de Afonseca Silva (2009), é um dos fatores usados para justificar as relações desiguais e as violências baseadas no gênero as quais mulheres e pessoas que não se identificam dentro da binariedade de gênero são submetidas. Contudo, como salienta Joan Scott (1990), gênero é uma categoria histórica e na qual estão envolvidas relações de poder e jogos contínuos de classificações. Nessas relações, podemos olhar para a família, para as construções sociais que constituem identificações acerca do ser homem ou ser mulher, entre tantas outras formas de dominação, como indica Pierre Bourdieu (2002).

Um marco histórico para o enfrentamento dessa naturalização e das violências baseadas em gênero foi o discurso realizado em 1851 pela da ex-escravizada Sojourner Truth, no qual ela questiona não apenas os direitos das mulheres, mas também problematiza, conforme Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017, p. 78), “o alcance do conceito de mulher, que dizia respeito, até então, especificamente às mulheres brancas”. Cabe ressaltar que o discurso de Truth foi proferido em uma reunião de clérigos, logo após ela ter escutado dos pastores que as mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, visto que mulheres são frágeis e não detêm da mesma capacidade intelectual, além de terem um respaldo bíblico de que Jesus era homem (o que era justificativa suficiente para colocar os homens como grupo superior) e porque a primeira mulher, Eva, foi uma pecadora (OLIVEIRA, 2017).

Mais de 150 anos depois, a compreensão dos lugares sociais de homens e mulheres não se distancia muito do idealizado pelos pastores referidos. Mesmo com os esforços das mulheres (negras, brancas, indígenas, lésbicas, heterossexuais, bissexuais, transexuais, cisgêneras, pobres, ...) ao longo da história para subverter essa realidade e conquistar direitos que suavemente equalizaram as relações sociais, as desvantagens sociais oriundas do gênero e a perspectiva determinista e conservadora ainda persistem, agravando as desigualdades históricas relacionadas ao gênero.

Essa é uma realidade que também se observa no cenário social cabo-verdiano, pois, segundo Leonilda Tavares de Almeida Coimbra (2010), apesar de alguns avanços, persiste uma imensa desigualdade no que diz respeito às relações de gênero no país. É possível que essa disparidade seja decorrente da recente inserção dessas discussões na sociedade cabo-verdiana, impulsionadas principalmente por organismos internacionais e Organizações Não Governamentais (ONGs) que trabalham na perspectiva de igualdade e equidade de gênero. Apesar da recente inserção dos debates envolvendo gênero, em 2010



foi formulada a Lei Especial Contra a Violência Baseada no Gênero, com vigência a partir de março de 2011 (SILVA, 2022).

Contudo, justificar as desigualdades de gênero tendo como base apenas a história recente do país não nos parece suficiente, sendo necessário considerar a natureza social patriarcal³ de Cabo Verde. Em outras palavras, pode-se dizer que, como em todos os sistemas patriarcais, há um movimento político e social, explícito ou não, que procura formas de manter o status social que privilegia os homens em detrimento das mulheres. É isso o que ocorre em Cabo Verde, podendo ser evidenciado, por exemplo, no lugar que as mulheres ocupam nessa sociedade. De acordo com o censo de 2017, “Mulheres e Homens em Cabo Verde: Factos e Números”, publicado no Instituto Nacional de Estatísticas (INE), observam-se desvantagens das mulheres em relação aos homens, estando elas em uma situação de maior vulnerabilidade social. Isso é um fato histórico no país que não pode ser analisado distante de uma perspectiva crítica de gênero.

No entanto, um fator agravante desse cenário (costumeiro em sociedades patriarcais) refere-se ao fato de que essa desigualdade é uma realidade naturalizada na sociedade cabo-verdiana e é inerente ao próprio processo de formação de crianças que se dá dentro e/ou com base nas ideologias do patriarcado (SILVA, 2009). Isso ocorre porque o patriarcado defende a superioridade sexual masculina e sustenta-se na ideologia cisheteronormativa de gênero.

Neste cenário, entende-se que a desigualdade de gênero em Cabo Verde é decorrente de imperativos culturais e/ou tradicionais historicamente enraizados na sociedade. Esses imperativos culturais dizem respeito a poderes desiguais atribuídos, geralmente, aos homens e às mulheres (CABO VERDE, 2006; SILVA, 2009). Esse processo, que pode ser entendido como político-cultural, envolve, necessariamente, um sistema educativo que o condicione e o faça ser reproduzível na sociedade. Conforme Érika Dias e Fátima Cunha Ferreira Pinto (2019, p. 449) “a educação é, desde a sua gênese, objetivos e funções, um fenômeno social, estando relacionada ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma determinada sociedade”. Elas realçam ainda que a prática educativa é um processo social, constante e dinâmico que varia de acordo com o lugar e o tempo histórico.

³ Rita Laura Segato (2012) diz que o processo de colonização europeia estabeleceu um padrão de relações sociais que perdura até os dias atuais. Entre esses padrões, encontra-se o patriarcado, que em comunidades afro-americanas anteriores à colonização poderia ser descrito como um patriarcado de baixa intensidade, considerando a existência de nomenclaturas de gênero e a pouca diferença hierarquizante entre os diferentes gêneros. Com o processo colonial, foi estabelecida a dicotomia em dois gêneros e consolidada a hierarquia entre homens e mulheres, na qual os homens encontram-se em uma relação social de superioridade. Especificamente em Cabo Verde, Andréa Lobo (2016) e Celeste Fortes (2015) ressaltam a valorização do modelo de família nuclear, monogâmico e patriarcal, no qual o homem tem uma maior valorização como o provedor da casa.



Assim, a prática educativa é, em sua essência, um fenômeno histórico e social e que, está necessariamente relacionada às demandas dos sujeitos sociais, visando a sua satisfação e interesses. Partindo deste ponto de vista, é possível compreender que a educação, enquanto fenômeno social, está condicionada à forma como a sociedade se organiza e movimenta, ou seja, valores e princípios morais, culturais, políticos e ideológicos vão implicar, de forma determinante, na prática educativa, nos seus conteúdos e objetivos. Corroboram a esse pensamento, Dias e Pinto (2019, p.449) ao afirmarem que a “[...] educação e sociedade se correlacionam porque a primeira exerce forte influência nas transformações ocorridas no âmago da segunda”.

Nesta mesma linha de raciocínio, José Carlos Libâneo (1994, p.17) salienta que, (...) “as finalidades e os meios da educação subordinam-se à estrutura e dinâmica das relações entre as classes sociais, ou seja, são socialmente determinadas”. Considerando esses pressupostos sobre a educação e os seus fatores condicionantes, temos como objetivo no presente artigo entender como o Cristianismo, mais especificamente o Catolicismo enquanto uma cultura religiosa histórica em Cabo Verde, tem influenciado a concepção desigual de gênero no país, particularmente, a educação de gênero e sexualidade, sobretudo, no espaço escolar. Nesse sentido, visando atingir o objetivo proposto, dividiremos este artigo em duas seções e considerações finais. Na primeira, pretendemos caracterizar o cristianismo e o catolicismo como impulsionadores da ideologia patriarcal cisheteronormativa de gênero. Na segunda, abordaremos sobre a relação histórica do cristianismo e catolicismo com Cabo Verde e sua influência na concepção social do gênero atravessando o espaço escolar e, inclusive, o sistema de ensino. Trata-se de uma perspectiva que temos que contextualizar no interior de uma trajetória colonialista e ocidentalizante de Cabo Verde, mas não só. Como ressalta Rita Laura Segato (2012)⁴, temos que observar que perspectivas patriarcais diversas podem dialogar entre si também.

Cristianismo e Catolicismo como promotores da ideologia patriarcal cisheteronormativa de gênero

As identidades de gênero são construídas e naturalizadas socialmente por meio de processos socializadores pelos quais adquirem sentido e se tornam práticas. A construção e

⁴ Para Segato, “Proponho, portanto, ler a interface entre o mundo pré-intrusão e a modernidade colonial a partir das transformações do sistema de gênero. Entretanto, não se trata meramente de introduzir o gênero como um tema entre outros da crítica descolonial ou como um dos aspectos da dominação no padrão da colonialidade, mas de conferir-lhe um real estatuto teórico e epistêmico ao examiná-lo como categoria central capaz de iluminar todos os outros aspectos da transformação imposta à vida das comunidades ao serem capturadas pela nova ordem colonial / moderna” (2012, p.116).



naturalização da **cisgeneridade**⁵ e cisheteronormatividade se dá mediante uma continuidade de vigilâncias, produções e reproduções de um sentido único de ser masculino e feminino e de viver a sexualidade. Nesse processo, o sexo biológico ('sexo') é tomado como uma base normativa (BUTLER, 2000).

Na medida em que esse processo vai acontecendo, sendo assimilado e reproduzido, ele ganha força e potencializa cada vez mais as normas do 'sexo' chegando a constituir uma matriz generificadora. O 'sexo' se torna uma matriz quando as normas sexuais são entendidas como naturais. Nessa perspectiva, cada indivíduo se converte, de acordo com o seu 'sexo', ou seja, espera-se que ele seja homem e ela mulher. Todos os seus comportamentos são entendidos como naturais e, portanto, normais (BUTLER, 2000).

'Sexo' ou corpo biológico como uma matriz generificadora faz da perspectiva **construcionista**⁶ uma mera falácia. Trata-se, portanto, de uma perspectiva essencialista que ganha força conforme a sua aceitação. Tal perspectiva é alimentada e defendida, com base em princípios morais religiosos, por uma das instituições mais respeitadas, adoradas, seguidas, ... em praticamente todas as sociedades ocidentais, as congregações cristãs, em especial, a católica, segundo Rogério Alves Junqueira (2018) e Valéria Melki Busin (2011).

Na religião católica existe um princípio moral sobre a sexualidade que acaba moldando a subjetividade das pessoas que seguem sua doutrina. Isto porque “o Catolicismo vê a sexualidade como algo intrinsecamente mau, que deve ser tolerado basicamente por ser necessário à procriação” (BUSIN, 2011, p. 109), e se vivida de outra forma se acomete como pecado, implicando em uma série de punições.

Os pecados性uais possuíam vários itens e punições muito severas. Nessa lista, poderíamos encontrar: sexo fora do casamento, adultério, masturbação, prostituição, coito interrompido, homossexualidade, sexo com mulher grávida e sexo com mulher que já não pode engravidar – todos partiam da mesma fundamentação, pois eram atos de luxúria, já que não tinham finalidade de procriar (BUSIN, 2011, p. 110).

As determinações da Igreja Católica sobre a sexualidade e a sua tolerância apenas para finalidade procriativa dentro do matrimônio sinalizam a imposição de um sistema matrimonial

⁵ De acordo com a Viviane Vergueiro (2016, p.252), a **cisgeneridade** é um conceito criado para denotar “[...] as corporalidades e identidades de gênero que, em suas características e autoidentificações, estejam alinhadas às ideias de corpos e identidades de gênero “normais”, “não transtornados”, “biológicos”. Nesse sentido ela a define como “a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas” (VERGUEIRO, 2016, p.252).

⁶ De acordo com Ronald João Jacques Arendt (2003), a perspectiva **construcionista**, ou socio-construcionismo, pode ser entendida como aquela que estuda os sujeitos sociais, suas atitudes e comportamentos, sempre considerando ou tomando por base, as suas interações sociais. Em síntese, essa perspectiva tem como princípio básico negar a ideia de naturalidade e/ou essência dos fenômenos sociais.



binário cisheterossexual, tendo por objetivo controlar e vigiar os corpos e direcioná-los à cisheterossexualidade, visando o matrimônio e a procriação. A procriação como única possibilidade dada pela Igreja Católica de viver a sexualidade demarca a homossexualidade como abominação, visto que a relação homossexual cisgênera não pode procriar, portanto, é antinatural. Demarcar a homossexualidade como antinatural é inscrever normas de gênero, definir a sua naturalidade e estabelecer uma fronteira entre o normal e o anormal, o aceitável e o inaceitável e, consequentemente, entre o que é humano e o que é não-humano.

Além da promoção e disseminação da ideia de gênero como natural, binária e cisheterossexual, o Cristianismo e o Catolicismo influenciam também a ideia de superioridade sexual masculina. Ademais, ela “[...] é fundamentalmente patriarcal, pois se baseia na ideia de um Deus-pai todo poderoso e um filho-homem carismático que vem salvar a humanidade do pecado original, cometido por obra de “incontinência moral” de uma mulher” (BUSIN, 2011, p. 116). Em outras palavras, a Igreja Católica e o próprio Cristianismo se encarregam de instigar a degradação da imagem da mulher como aquela que corrompe a moralidade humana, que insubordina a norma divina e atrai, junto consigo, o homem, levando-o a pecar. A história de Adão e Eva, na qual a mulher é gerada a partir da costela do homem, é contada no processo inicial de socialização das crianças na religião católica como um fato histórico e celestial, deixando, dessa forma, marcada uma imagem negativa da mulher e sua culpa pela dor e sofrimento de toda geração humana, visto que tal desobediência gerou consequências que transcendem as gerações que sucederam Adão e Eva: “[...] a partir de então, a mulher pariria com dor e sofrimento, e seria dominada pelo homem que, por sua vez, teria de trabalhar arduamente para obter o alimento que o sustentaria” (BUSIN, 2011, p. 177).

Essa história, por si só, constitui-se um potencial discurso mobilizador de um pensamento sobre o lugar e o valor da mulher na sociedade, uma vez que expressa, de forma explícita, a sujeição da mulher ao homem como uma condição perpétua dada à mulher por Deus em forma de castigo. No entanto, o discurso religioso católico partindo desse pressuposto histórico vai muito além, tendo em vista que a Igreja Católica é uma instituição formadora de um ideal de família ao qual estabelece diferentes papéis ao marido e à esposa, conforme salientam Gabriel Ferreira Brito e Josías Vicente Paula (2013).

Observa-se que os preceitos do Cristianismo e, particularmente do Catolicismo, contribuem no processo de normalização de uma ideia naturalista, estereotipada e hierárquica de gênero. Aqui, reina uma perspectiva que Butler (2000) designaria como gerativista, pois há ideia de um criador supremo responsável por toda vida, humana ou não, em todo o universo. Perante essa perspectiva, as pessoas nascem já sendo homem e/ou mulher, porque Deus todo



poderoso assim os/as fez. Além disso, acredita-se que aos primeiros seres humanos (Adão e Eva) lhes foram atribuídos a responsabilidade de procriar e de multiplicar a sua espécie (podemos ver essa passagem no primeiro livro da Bíblia Sagrada, Antigo Testamento, em Gênesis no cap:1 versículo: 28). Essa crença está igualmente presente na história de Noé na qual se acredita que após a seleção dos grupos de cada espécie, inclusive a espécie humana, haveria a necessidade de procriação e multiplicação. Isso difunde uma ideia da cisgerenidade e heterosexualidade como princípios bíblicos e divinos.

Tendo caracterizado o Cristianismo e o Catolicismo como promotoras da concepção cisheteronormativa e hierárquica de gênero, na sequência, trataremos de compreender como e de que modo eles contribuíram e contribuem, para a naturalização dessa concepção na sociedade cabo-verdiana e como se inserem no espaço escolar e no sistema de ensino do país.

Cristianismo e Catolicismo em Cabo Verde: naturalização e silenciamento das discussões de gênero e sexualidade nas instituições de ensino

Além da Igreja, existem outras instituições sociais tais como a escola, o trabalho, a família, ..., que contribuem para a consolidação de uma concepção de gênero naturalista e desigual, segundo Maria Beatriz Nader, Jacqueline Medeiro Caminotti (2014) e Butler (2000). Entretanto, compreendemos que a escola, a família e o trabalho reproduzem – tanto inconsciente, quanto conscientemente – os valores inerentes à sociedade nas quais elas se encontram inseridas. Neste caso, a naturalização (ou não) de uma certa concepção de gênero vai depender da forma como a própria sociedade comprehende e vive o gênero.

Já as Igrejas Cristãs, especialmente a Igreja Católica, têm uma relação diferente, uma vez que possuem seus próprios princípios e valores atinentes a gênero, sexualidade e família que corroboram e reforçam um determinado ideal. É nesse sentido que a percebemos como um elemento de fundamental importância para se pensar a questão de gênero, particularmente no contexto cabo-verdiano porque, além dos seus ditos valores e princípios, a Igreja Católica é a congregação com maior número de seguidores (fiéis)⁷ no país e possui uma relação histórica muito “íntima” com a nação cabo-verdiana, de acordo com Paulo Sergio da Graça Delgado (2017).

O Cristianismo e o Catolicismo foram levados para Cabo Verde pelos portugueses no século XV, mais precisamente em 1462, momento em que deram início ao seu povoamento.

7 De acordo com dados de 2021 disponibilizados pela Consolata America, dos 576.000 habitantes de Cabo Verde, 483.000 pertencem à religião católica, consistindo em 84% da população. Dados disponíveis em: <https://consolataamerica.org/pt/a-igreja-catolica-em-cabo-verde/>. Acesso em: 26/09/2024.



A partir daí, o Cristianismo, em específico o Catolicismo, começa a ser introjetado nas mentes das pessoas africanas escravizadas de diferentes regiões da África, as quais foram forçadamente levadas à Cabo Verde colônia para povoá-la, além de outros objetivos imperialistas coloniais (DELGADO, 2017). Nesse período, assim como aconteceu em todas as ex-colônias europeias, o Catolicismo foi apresentado como um “projeto salvacionista”, cujo objetivo era purificar e salvar as almas das pessoas escravizadas, segundo Delgado (2017) e Maria Lugones (2014). Embora tenha sido apresentado como um projeto missionário, para Lugones (2020), Nelson Maldonado-Torres (2018) e Aníbal Quijano (2005, 2013), a sua inclusão nos territórios colonizados partiu de uma perspectiva racista e eurocêntrica, já que a sua presença se justificava pela suposta inferioridade espiritual dos povos africanos, cujas práticas religiosas e modos de vida eram caracterizadas como insanas, bárbaras e até diabólicas quando comparadas com os ritos cristãos.

As religiosidades e sexualidades eram, na perspectiva racista dos colonizadores, as práticas que mais justificavam a necessidade de um redirecionamento espiritual e de vida das pessoas africanas, sendo essa ação possível por meio do Cristianismo instaurado em detrimento das religiões do povo africano escravizado como a legítima e única religião que viabilizaria o necessário vínculo entre os humanos e uma suposta e única entidade onipresente e onipotente, o Deus cristão. Ou seja, instaurou-se assim o processo de naturalização de uma perspectiva religiosa monoteísta e racista em contraposição às religiosidades africanas, para as quais ficou reservado o título e lugar de primitivo, bárbaro, diabólico (LUGONES, 2020). O que não quer dizer que no interior do Estado nacional cabo-verdiano, dentre seus diferentes grupos étnicos e culturais, não houvesse dominação masculina e segregações diversas. O que se observa historicamente é que aliadas às representações e hierarquizações locais, estas também se sobrepõem, especialmente no controle da sexualidade e moralidade cristã.

Nesse contexto, torna-se importante salientar que o Cristianismo, enquanto projeto salvacionista, ação missionária, não passava de uma mascarada estratégia imperialista que mais tarde viria a possibilitar o real interesse dos colonizadores. Assim sendo, vale destacar que o papel do Catolicismo, ao menos em Cabo Verde colônia, não se restringia ao ensinamento dos dogmas cristãos, visto que a educação (escolarização) de pessoas africanas também era uma função a ele imposta, cujo objetivo não era outro que não a de domesticar o povo com o intuito de torná-lo passivo e submisso aos seus dominadores. Era uma educação limitada, pois se restringia apenas ao ensinamento dos preceitos cristãos e ao ensinamento de uma base lexical da língua do colonizador e da sua cultura, conforme Delgado (2017) e Elias Alfama Moniz (2007).



Considerando o exposto, pode-se concluir que a Igreja Católica funcionava como um aparelho ideológico⁸ do império colonial cujo objetivo era facilitar o processo de conquista e dominação para fins não só lucrativos, mas também para introdução de um sistema de valores, sobretudo cristãos, de modo a redirecionar, controlar, e regularizar a vida das pessoas escravizadas (LUGONES, 2020; MALDONADO-TORRES, 2018). Na verdade, a Igreja Católica podia ser entendida como um aparelho de Estado que tinha também seus interesses próprios, sendo o principal cristianizar os povos escravizados, portanto, a relação que existia entre a Igreja Católica e império colonial era uma “via de mão dupla”, porque as duas instituições ganhavam (DELGADO, 2017).

A conversão ao Cristianismo implicava numa necessária mudança na forma de compreender o mundo e a vida. Implicava, sobretudo, numa reconfiguração do ideal de família, de humanidade, de gênero e sexualidade. Essas novas lógicas, especialmente as de gênero e sexualidade, eram de fundamental importância para os objetivos capitalistas coloniais (LUGONES, 2014; QUIJANO, 2005). Contudo, cabe salientar que no interior da sociedade cabo-verdiana existiam outras construções de desigualdade, tais como, a sobrecarga de expectativas e obrigações das mulheres cabo-verdianas.

Conforme mencionamos anteriormente, as concepções do Catolicismo sobre gênero, sexualidade e família contribuem para promoção e naturalização de uma concepção patriarcal e cisheteronormativa de gênero, o que proporciona um impacto consistente e duradouro, especialmente nos territórios que foram colonizados e receberam uma longa assistência educativa por parte da congregação católica, como é o caso de Cabo Verde. Nesse contexto, levando em consideração os valores que moldam a compreensão cristã do gênero, família e sexualidade, Brito e Paula (2013) acreditam ter em diferentes países e regiões, consenso sobre o poderoso influxo que as religiões cristãs, mormente a católica, apresentam nos processos de construção dos papéis de gênero. Ademais, para esses autores, o Catolicismo legitima e naturaliza atitudes e comportamentos masculinos que expressam a ideologia de superioridade sexual masculina: “O senso comum, dessa forma, atrelado à ideia de que a família monogâmica é o alicerce da humanidade, faz com que os homens se sintam na responsabilidade de assumir o papel de chefes de família” (BRITO; PAULA, 2013, p.178).

⁸ Louis Althusser designa aparelhos ideológicos como “[...] certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”. (ALTHUSSER, 1985, p. 68). Elas também podem ser compreendidas como um conjunto de instituições, sendo que a maioria são de domínio privado, que são usadas com a finalidade de manter o poder hegemônico do Estado ou de um determinado grupo e/ou classe social.



Em outros termos, o Catolicismo, ou a Igreja Católica, nutre e impulsiona os princípios ideológicos do patriarcado, dado que dissemina a ideia de que é da vontade do “supremo criador”, Deus, que a mulher-esposa deva servir ao seu marido-esposo e dedicar-se ao seu lar. Do mesmo modo, apregoa um certo princípio da figura masculina ao lhe incumbir o título de chefe de família, ao mesmo tempo, em que lhe atribui a responsabilidade (e propriedade) financeira de assegurar a sua família a obrigação de vigiar, repreender e punir as ações que vão de encontro à moralidade cristã. Essa compreensão acarreta, de modo imperioso, em uma obstinada fiscalização da sexualidade dos filhos e igualmente das relações que estes e a sua esposa mantêm com outras pessoas. Assuntos que dizem respeito à sexualidade, homossexualidade, aborto etc. são totalmente proibidos (BRITO; PAULA, 2013). Sintetizando, esses conjuntos de crenças, valores e princípios oferecem uma relação básica conjugal, tendo o homem como chefe que manda e a mulher cuja função é, unicamente, a obediência e cuidados a ele. E, como observa Andrea Lobo (2020), no contexto contemporâneo, as mulheres que migram e que buscam melhorar as condições de vida da família também carregam o peso de uma construção em que se espera delas cuidado e outras demandas.

Seria oportuno refletir agora sobre a forma como essas concepções religiosas de gênero, de sexualidade e família invadem o espaço escolar e condicionam o caráter da educação no contexto de Cabo Verde.

Em primeiro lugar, conforme frisado anteriormente, devemos compreender a educação enquanto um processo histórico e social. Tal entendimento nos possibilita vislumbrar melhor a introjeção dessas concepções no espaço escolar. Por outro lado, entendemos que a educação pode atuar como mecanismo que viabiliza tanto a transferência e a disseminação da cultura, com seu conjunto de valores e princípios, quanto a sua transformação. Entretanto, quando se pensa a relação entre a educação escolar e discentes não se deve imaginar o processo daí decorrente como sendo de mera transferência, limitando crianças e adolescentes a sujeitos simplesmente passivos. Com isso queremos dizer que, como defende Paulo Freire (1996), estudantes são seres cognoscentes e durante a sua socialização na família já adquirem certos conhecimentos que, em consequência, os levam consigo para a escola.

Pensando no contexto cabo-verdiano diríamos que dentre as várias possibilidades de conhecimentos a serem assimilados estão os princípios religiosos católicos e, consequentemente, uma concepção patriarcal e essencialista de gênero, haja vista que eles estão potencializados em suas doutrinas. Soma-se a isso o fato de que, como nos informa Delgado (2017), o Catolicismo é a religiosidade hegemônica em Cabo Verde presente desde o período colonial, influenciando a formação dessa sociedade.



A hegemonia católica é um fator importante porque a sua doutrina viabiliza a inserção dos seus princípios no espaço escolar, sobretudo a sua concepção sobre gênero e sexualidade, de forma massiva e consistente. Refletindo sobre a realidade brasileira, Paula e Brito tem uma opinião semelhante, a saber,

[...] num país como o Brasil onde 65% dos homens se declaram católicos, segundo Censo 2010, é até natural que seus filhos/as, na infância, assumam os papéis referenciados por seus pais. Nesse caso, os meninos nascem inseridos num meio predominantemente masculinizante. Suas identidades começam a ser construídas a partir de um referencial religioso. (BRITO; PAULA, 2013, p.179)

Isto é, existem consequências do processo contínuo de ensinamento dos valores (patriarcais) dessa religião, especialmente quando ela é predominante. Tal cenário pode ter como efeito a assimilação de um ideal essencialista e hierárquico de gênero, que passa a habitar o imaginário de discentes e constituir seu critério de julgamento. Isto significa que a cisgenderdade e heterossexualidade passam a ser, para essas crianças, adolescentes e jovens, o espelho e a lente por onde veem a si e ao mundo que as rodeiam. Esses valores apreendidos são tomados como verdade absoluta, já que a menção sobre outra concepção de gênero, de sexualidade, de vida e família é totalmente velada (BRITO; PAULA 2013). Em síntese, as crianças, adolescentes e jovens passam a crer unicamente num ideal simétrico, fixo e hierárquico de gênero e, consequentemente, o levam consigo e socializam no espaço escolar.

Essa é uma reflexão que cabe à realidade cabo-verdiana dado que o Catolicismo além de estar nesse território desde o início da história colonial, também constitui uma congregação religiosa hegemônica, influenciando a formação da família e da sociedade. Ou seja, tem sido uma instituição muito potente na configuração socializadora e propagadora de visões de mundo específicas.

É importante ressaltar que a Igreja Católica foi durante todo período colonial a entidade responsável pela educação das pessoas escravizadas, dado que a instrução escolar era destinada apenas aos filhos dos colonizadores. No entanto, a Igreja Católica continuou tendo intacta a sua função educativa mesmo após a implementação da instrução pública. Na verdade, após esse momento, com a instituição do Seminário Liceu de São Nicolau (o primeiro estabelecimento do ensino secundário), o Catolicismo se expandiu ainda mais em todo o Arquipélago. Isso porque nessa instituição existiam dois objetivos pedagógicos, a saber: estudos preparatórios e estudos eclesiásticos. O primeiro se dedicava à formação para a vida profissional, enquanto o segundo se destinava à formação dos quadros eclesiásticos. Os eclesiásticos ali formados seriam, depois, redistribuídos por



todo território possibilitando, cada vez mais, o crescimento do Catolicismo e, obviamente, do Cristianismo (DELGADO, 2017).

Tal processo teve como resultado a elevação do Catolicismo ao status de cultura, fazendo com que ele passasse a constituir, para o povo desse território, a sua identidade, a sua alma (DELGADO, 2017). Essa é uma informação empírica que Delgado teve acesso junto às pessoas que participaram de sua pesquisa. Vejamos alguns trechos de suas falas:

Cabo Verde e a Igreja Católica se confundem [...] o povo cabo-verdiano é de matriz cristã-católica [...] Independentemente de sermos católicos ou não, é um ganho ver que isso nos dá identidade. Nós não temos etnia, é um povo, não [...] quem nos deu isso? A Igreja, a fé nos deram isto. Há uma identidade, uma universalidade nossa. (Entrevistado 5 apud DELGADO, 2017, p.132).

A Igreja Católica, o cristianismo, fazem parte da identidade do povo cabo-verdiano. A sociedade cabo-verdiana não pode negar a sua relação muito estreita com a Igreja Católica (Entrevistada 6 apud DELGADO, 2017, p.133)

Esses trechos nos informam o grau de profundidade que a Igreja Católica e o próprio Cristianismo conseguiram alcançar entre as pessoas cabo-verdianas. Ela se expandiu e se elevou tanto, ao ponto de ser compreendida pelo povo cabo-verdiano como algo que os constituem, como sua identidade. Conforme analisa Delgado (2017), essas pessoas não só veem a si próprias como conectadas ao Catolicismo e Cristianismo, como também entendem que essa conexão unifica e identifica a nação cabo-verdiana como um todo. É observável que seja assim, pois essa religião faz parte desta nação há mais de cinco séculos.

No entanto, o problema não é a sua hegemonia em si, mas sim sua natureza dogmática e o ideal de gênero e sexualidade que propaga, tendo em vista que há em Cabo Verde um grande problema relacionado à desigualdade e violências de gênero⁹. Isso posto, queremos explicitar que nossa intenção não é confrontar por confrontar, não é negar a importância do Catolicismo e do Cristianismo na sociedade cabo-verdiana, negativizar seus princípios e valores e, tampouco, desrespeitar essa congregação ou àquelas pessoas que a seguem. O que nos move a fazer essa reflexão é o fato de que o povo cabo-verdiano tem enfrentado, histórica e atualmente, vários problemas decorrentes de uma concepção equivocada de gênero, o qual tem atingido especialmente as mulheres, tornando-as vítimas das mais variadas formas de violências. Nesse sentido, compreendemos que qualquer forma de promoção dos

⁹ De acordo com dados disponibilizados pela Organização Não-Governamental Afro Barometer, responsável pela realização de pesquisas e armazenamento de dados estatísticos de mais de 35 países da África, a partir de uma pesquisa publicada em 2023, 38% da população cabo-verdiana afirma que a violência de gênero é uma ocorrência comum no país. Os dados completos da pesquisa estão disponíveis em: <https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2023/07/AD670-Os-Cabo-verdianos-veem-a-violencia-baseada-no-genero-como-questao-importante-Afrobarometer-12July23.pdf>. Acesso em: 26/09/2024.



valores patriarcais de gênero e ou proibição das discussões atinentes a gênero e sexualidade se constituem como incentivos, naturalização e perpetuação desses problemas, daí a necessidade de um posicionamento crítico e reflexivo. Além disso, cabe analisar, como aponta Lobo (2020), a formação contemporânea da noção de família em Cabo Verde.

Pode-se entender, por outro lado, que as escolas cabo-verdianas, enquanto um espaço de formação da cidadania e, portanto, de reflexão social, também têm responsabilidade no processo de naturalização desses problemas dado que ignoram tais discussões (DELGADO, 2017). No entanto, acreditamos que a própria instituição escolar (a forma como se posiciona ou não sobre essas questões) é influenciada, condicionada pelos preceitos do Cristianismo, em especial, do Catolicismo. Por quê?

Considerando a relação que mencionamos anteriormente, educação-sociedade, acreditamos que o Catolicismo condiciona essas discussões nas escolas e no sistema de ensino. O primeiro ponto que nos faz pensar isso refere-se ao fato de que o Catolicismo tem mais de 500 anos de existência em Cabo Verde e sua história, nesse lugar, o levou ao *status* de cultura, sendo tal patamar certamente influenciador da educação. Outro ponto é que o Catolicismo se tornou a matriz da sociedade cabo-verdiana, a identidade desse povo, sua própria alma. O que faz pensar que seus valores serão não só seguidos, mas preservados, protegidos. Ou seja, a consequência lógica é que os padrões morais do Cristianismo e do Catolicismo, sobretudo aqueles que dizem respeito a gênero, sexualidade e família serão sempre protegidos, atravessando a sociedade como um todo, em todas as suas instâncias, inclusive, a educacional.

A situação é ainda mais complexa, já que o Catolicismo não é a única congregação cristã em Cabo Verde. Existem no país várias outras congregações cristãs que disseminam e proliferam os princípios básicos do Cristianismo, tais como: Igreja Adventista, Assembleia de Deus, Deus é Amor, Igreja do Nazareno, Nova Apostólica, Testemunha de Jeová, Universal do Reino de Deus etc.

É possível, então, questionar: Cabo Verde não é um Estado secular laico? Como então uma religião, seja ela qual for, pode ter tanta influência assim ao ponto de condicionar conteúdos pedagógicos? Pois bem, é verdade que Cabo Verde é um Estado secular, porém também é verdade que essa secularização¹⁰ nunca significou de fato, ou na prática, uma separação total e definitiva entre a esfera religiosa e a política, especialmente quando se trata da religião católica (DELGADO, 2017). Em outras palavras, apesar da secularização ser entendida e pensada como

¹⁰ Secularização, segundo Berger (1985, p. 58 apud ALVES, 2019, p. 4), significa “o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são retirados do domínio das instituições e da influência dos símbolos religiosos, ou ainda, o processo pelo qual a religião perde a sua autonomia tanto no nível institucional como no nível da consciência humana”.



uma separação entre essas duas instâncias, ela nunca se concretizou como realidade em Cabo Verde, o que implica dizer que a Igreja Católica continuou tendo, mesmo que de forma limitada, alguma influência na sociedade e na política mesmo após o advento da secularização.

Creamos que não devemos observar isso como uma brecha na política de Cabo Verde e, muito menos, como um entendimento limitado do que seja ou deveria ser secularização. Pelo contrário, acreditamos que isso se deve ao passado colonial, quando a Igreja Católica e a Metrópole mantinham uma relação de interdependência. O que queremos dizer com isso? Que não há brechas, nem dificuldades no entendimento do que seja secularização, o que há na verdade é, como sinaliza Delgado (2017), a herança de uma relação de correspondência mútua que essas duas instâncias mantêm, entendendo-a como um meio viável de perpetuarem a sua hegemonia.

Recordemos um dos momentos dessa relação, a saber: em 1990, aconteceu em Cabo Verde um movimento político cuja pauta era a reivindicação de um regime político democrático e multipartidário em contraposição ao regime do partido único do PAIGC¹¹ que se manteve no poder durante um período de 15 anos, desde a independência em 1975. Nessa ocasião a Igreja Católica se mostrou favorável a tal manifesto e, inclusive, influenciou seus seguidores argumentando que a pretendida abertura política era uma necessidade que deveria ser encarada como um princípio divino e religioso (DELGADO, 2017).

No entanto, a Igreja Católica não se posicionou apenas porque concordava que tal mudança era necessária, esse contexto foi encarado como uma oportunidade para se projetar politicamente e, portanto, o posicionamento não passou de uma estratégia na esperança de que, com o novo regime, haveria mais liberdade e influência política, visando seus próprios interesses (DELGADO, 2017). Tal suposição não estava equivocada, evidenciada com a nova intervenção da Igreja, agora no contexto da reformulação da Constituição, na qual teria emitido um comunicado oferecendo suas contribuições para a elaboração da nova Constituição. Nesse comunicado, a Igreja Católica desejava, conforme aponta Delgado (2017, p.74) “[...] uma imbricação entre o político e o religioso no plano formal, visando a separação funcional entre o político e o religioso” e, nesse sentido, enumerou alguns pontos desejando

¹¹ PAIGC é a sigla do partido político denominado “Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde”. O partido foi criado no ano de 1956 por Amílcar Cabral (seu líder), Luís Cabral, Aristides Pereira, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Elisée Turpin. As lutas pela libertação de Cabo Verde e da Guiné Bissau foram conduzidas por esse movimento. Depois de ter alcançado a independência desses dois países, “o partido foi instituído como único partido político legal da Guiné-Bissau e Cabo Verde”, no entanto, em 1980 houve um rompimento político entre esses dois países o qual foi causado pelo golpe militar que tivera sido orquestrado por Nino Vieira (guineense) contra Cabral, “que era de origem cabo-verdiana”. A partir daí, o ramo cabo-verdiano do PAIGC converteu-se em um novo partido, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). (SEMEDO, 2009)



que fossem considerados. O referido comunicado foi examinado por Rui Jorge da Conceição Gomes Semedo (2015 citado por DELGADO, 2017)

[...] os critérios e exigências apresentadas denotam um denominador dominante: a referência a Deus. Esta comunicação objetiviza este aspecto, não somente quando define o ser humano como filho de Deus e a vida humana como dom natural de Deus, como quando propõe a supressão do conceito de estado laico equivalente ao estado laicista e encomenda a menção, no preâmbulo da nova Constituição, do nome de Deus como supremo legislador (SEMEDO, 2015, p. 290 apud DELGADO, 2017, p.74).

Sem dúvida, como constatou Semedo (2015), houve uma súplica por parte da Igreja Católica ao Estado cabo-verdiano para que considerasse o Deus cristão e seus princípios mantendo-os acima de tudo e de todos. Ao mesmo tempo estava-se pedindo a mesma consideração para com o Catolicismo e seus valores. Na prática isso significaria, por exemplo, o silenciamento e/ou proibição de qualquer assunto que, de uma forma ou de outra, representasse ou constituísse uma imoralidade ou desrespeito aos princípios de Deus, aos princípios do Cristianismo. Talvez isso explique, em parte, o porquê as discussões sobre gênero e sexualidade de uma forma profunda, crítica e reflexiva na sociedade cabo-verdiana, sobretudo nas escolas, representam um tabu.

O silenciamento dessas questões no sistema de ensino sugere uma respeitabilidade por parte do Estado cabo-verdiano aos princípios cristãos, especialmente católico, e evidencia, ao mesmo tempo, a força e a influência do Catolicismo nessa sociedade. Pode parecer exagero, mas não é. O acordo estabelecido entre Cabo Verde e o Vaticano em 10 de junho de 2013, cujo título é “Acordo entre a Santa Sé e a República de Cabo Verde relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica em Cabo Verde”, é mais um fato que evidencia tanto o respeito do Estado para com essa congregação, como também deixa evidente a sua histórica relação de correspondência mútua. Isso porque no referido documento as “Altas Partes Contratantes” afirmam estar “animadas da intenção de incentivar as mútuas relações já existentes e de estabelecer o quadro legal das relações entre a Igreja Católica e o Estado” (CABO VERDE, 2013, p.2).

Teoricamente, o acordo estabelecido visa regular e sistematizar a histórica relação, nesse sentido, o acordo cede algumas liberdades à Igreja Católica. Além disso, foi instituído a implementação da disciplina Educação Moral Religiosa Católica (EMRC) no sistema público de ensino em Cabo Verde. Porém, a definição dos conteúdos da disciplina EMRC é, segundo o mesmo acordo, de responsabilidade exclusiva da Igreja Católica. Ainda, conforme estabelece o art.16:3, a pessoa docente dessa disciplina precisa ter, necessariamente, a idoneidade reconhecida pela autoridade eclesiástica competente.



Ou seja, é a Igreja Católica que tem todo poder de administrar essa disciplina, desde sua elaboração, passando pela nomeação, contratação, transferência e até exclusão de docentes que a ministrarão.

Cabe ressaltar que, até então, como informa Delgado (2017), a implementação dessa disciplina constitui apenas uma possibilidade aberta por esse acordo, sendo, inicialmente, implementada como projeto piloto nas escolas religiosas semipúblicas.

A questão não é a disciplina em si, mas o que ela representa. A sua implementação nas escolas religiosas se deu junto com a dissipação da disciplina Educação para a Cidadania. Nessa disciplina se abordava, mesmo que de forma rasa, assuntos relacionados a gênero e sexualidade. Já com a EMRC o que acontece é um silenciamento absoluto dessas questões, tendo em vista que os assuntos pedagógicos tratados nela têm como base os princípios cristãos (DELGADO, 2017).

A referência ao acordo se deu com o intuito de evidenciar a relação que a religião católica tem com Cabo Verde, além de expor a conivência do país acerca do silenciamento de questões como gênero e sexualidade, inclusive, no sistema de ensino. Ademais, o acordo elucida que há um interesse dessa religião em cercear tais discussões e que a possibilidade da implementação da disciplina EMRC prevista constituiu, ao nosso ver, a cumplicidade por parte de Cabo Verde, visto que sua implementação nas escolas públicas pode acarretar a anulação da disciplina Educação para a Cidadania como aconteceu nas escolas religiosas.

Considerações Finais

Neste artigo, buscamos refletir sobre a influência do Cristianismo, especialmente do Catolicismo, na promoção e disseminação de um ideal essencialista e hierárquico de gênero, bem como a sua influência no silenciamento das questões de gênero e sexualidade na sociedade cabo-verdiana e no seu sistema de ensino. Observamos, contudo, que há uma série de outros elementos que estão em diálogo com a forma como gênero pode ser acionado historicamente em Cabo Verde.

Não podemos afirmar que a referida religião é responsável pela existência da concepção de gênero que entendemos como essencialista e hierarquicamente dicotômica. Não temos como precisar se foi o Cristianismo que fundou essa ideologia ou se ela já existia anteriormente. No entanto, consideramos que essa religião tem um conjunto de princípios e valores sobre gênero, sexualidade e família que acabam reforçando a ideologia patriarcal cisheteronormativa de gênero.



Nesse sentido, ao olharmos para o contexto cabo-verdiano e considerando a história do Catolicismo nesse país, percebemos que a religião católica tem influenciado a forma como se comprehende e vive o gênero. Isso acontece pois o Catolicismo esteve durante todo período colonial se dedicando à educação desse povo e, portanto, lhes moldando conforme seus princípios. Tal processo também possibilitou que o Catolicismo crescesse ao ponto de conseguir o lugar de destaque e hegemonia, mesmo após aparecimento de outras congregações, inclusive cristãs.

A sua hegemonia significa que grande parcela da população acredita e dissemina seus princípios. Entendemos que por ser hegemônica, os valores atinentes a gênero, sexualidade e família que propaga, ressoam de forma mais abrangente e consistente, influenciando, inclusive, a sua inserção no espaço escolar. Entretanto, a inserção desses valores nesse espaço por si só não se sustenta. Ela é amparada, na verdade, por uma cumplicidade não declarada por parte da sociedade, sobretudo do Estado cabo-verdiano, uma vez que silenciam assuntos que contrariam os princípios morais dessa religião. Porém, não podemos negar que essa realidade foi historicamente condicionada pelo próprio Cristianismo, dado que essa doutrina está há mais de cinco séculos no país, disseminando suas crenças e se fortalecendo cada vez mais ao ponto de ser, inclusive, entendida como parte da identidade desse povo e da própria nação.

Concluímos, portanto, que a característica patriarcal desse país se deve muito a influência do Catolicismo, aplicando e disseminando os valores e princípios ocidentais do Cristianismo. Na verdade, alguns estudos que tratam das relações de gênero no país, têm provado que o Catolicismo é estruturado por uma lógica patriarcal e cisgenderonormativa de gênero. Dentre os estudos, destacamos os de Andrea Lobo (2022), Claudio Alves Furtado (2013), Carmelita de Afonseca Silva (2009; 2013; 2022), Francisco Miguel (2016), Mirian Steffen Vieira (2013) e Tavares de Almeida Coimbra (2010).

O trabalho de Lobo (2022), por exemplo, é uma ótima contribuição para o entendimento a respeito da conscientização social sobre a força desse sistema e de como ele insiste em atravessar gerações e normatizar condutas, sejam elas masculinas ou femininas. Contudo, embora poderoso, não é indestrutível (ou ao menos não inabalável) como mostra a autora em sua reflexão.

Lobo (2022), investiga os conflitos geracionais, especialmente entre as mulheres mais velhas e as “meninas de hoje em dia” (como ela as denominam), capturando nessa relação espaço-tempo os diversos discursos de produção de si e do outro, um deles permeado por uma base moral patriarcal e outro por uma suposta e emergente postura contra-hegemônica,



fazendo frente à estrutura patriarcal produzindo e se constituindo, por sua vez, uma forte ameaça à masculinidade (do tipo “predatória”, “tóxica”, “machista”) e seus privilégios.

É pertinente a reflexão apresentada pela autora uma vez que permite entender essas relações como construídas no tempo e no espaço, isto é, como social e historicamente construídas e, portanto, também mutáveis, principalmente no momento em que Lobo (2022) compara as bases de produção de feminilidade das mulheres mais velhas e seus discursos morais e moralizantes em relação às “meninas de hoje em dia”, e a importância do Cristianismo, particularmente, quando as mulheres mais velhas falam sobre a dificuldade em desfazer ou procurar outra relação (casamento ou união de fato). Isto é, mesmo sob um cenário de abusos e violências domésticas, elas “preferem” manter seus casamentos (e pensam menos ainda em construir a vida com outra pessoa) para, simplesmente evitarem ser mal julgadas. E conforme Lobo (2022), isso tudo constitui uma base para justificar e construir a sua feminilidade, como também para a acusação moral da feminilidade das mulheres de gerações mais novas, visto que, supostamente, elas não aceitariam passar pela mesma situação e não se sentiriam moralmente impedidas de seguirem a vida com outra pessoa.

Do nosso ponto de vista, esse receio de julgamento não tem sua base apenas no moralismo patriarcal, mas também nos preceitos do Cristianismo que apregoam o matrimônio como algo que não pode ser desfeito, sujeitando as mulheres a permanecerem em um ambiente de violência. Quando a autora menciona sobre os diferentes elementos que teriam contribuído para a mudança de comportamento verificada em “meninas de hoje em dia”, parece-nos que ela limita esse novo redirecionamento de ser, viver a feminilidade e, portanto, de se contrapor ao patriarcado apenas em nível nacional. Entendemos que se pode olhar também para as significativas contribuições que os movimentos feministas em expansão mundial têm dado e significado às lutas e empoderamento das mulheres no mundo todo.

Compreendemos, de um modo amplo, a importância de considerar também o movimento globalizatório das mais variadas formas de ser e viver as feminilidades, movimento esse que atravessa o mundo pelas redes e mídias sociais. E Cabo Verde é, certamente, um grande consumidor das modas e culturas dos outros países como, por exemplo, Estados Unidos, Brasil entre outros, através de seus filmes, telenovelas, séries etc. Tudo isso, de uma maneira ou de outra, tem certamente contribuído para a mudança de comportamento das mulheres e, como consequência, repercute nas relações de gênero.

Para finalizar as nossas considerações, reforçamos que as reflexões feitas neste artigo não constituem um ataque ao Cristianismo ou ao Catolicismo. Enquanto sujeitos históricos que somos, compreendemos ter um compromisso moral com a nossa sociedade e por isso



não poderíamos deixar de refletir sobre um assunto que, historicamente, tem se constituído um problema social a ser analisado. Portanto, a menção ao Catolicismo refere-se ao fato dele reforçar um certo ideal de gênero que entendemos como problemático, além da sua longa existência no país certamente ter contribuído para a consolidação desse problema. Contudo, como observa Lobo (2020), as formas de constituição familiares e de organização coletiva em Cabo Verde também têm se modificado e, nesses caminhos de busca por agência e por sentidos, é que temos que olhar mais atentamente.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE); tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALVES, Edvaldo Carvalho. Revisitando o conceito de secularização. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, n. 33, p. 169-183, out. 2020.

ARENTE, Ronald João Jacques. Construtivismo ou construcionismo? Contribuições deste debate para a Psicologia Social. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.8, n.1, p.5-13, 2003.

BRITO, Gabriel Ferreira; PAULA, Josías Vicente. A Masculinidade e a Ideologia: A Socialização Masculina. **OPSI**, Catalão, v. 13, n. 2, p. 173-188, jul./dez. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUSIN, Valéria Melki. Religião Sexualidade e Gênero. **Rever**. Ano 11, n. 1, p. 105-124, jan./jun. 2011.

BUTLER, Judith. Corpos que Pensam: os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado pedagogias da sexualidade**. (organizadora) Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva — Belo Horizonte: 2ª Edição, autêntica, 2000. 176p. ISBN 85-86583-33-2

CABO VERDE. **Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Gênero**. Imprensa Nacional, Praia, 2014.

CABO VERDE. **Mulheres e Homens em Cabo Verde**: Factos e Números. 2017. Disponível em: <https://ine.cv/wp-content/uploads/2018/03/mulheres-e-homens-em-cabo-verde-factos-e-numeros-2017.pdf>. Acesso em: 24 de jul. de 2022.

CABO VERDE. ICIEG – Instituto Caboverdiano para a Igualdade e Equidade de Género. **Plano nacional de combate à violência baseada no género**. Imprensa Nacional, Praia, 2006.

CABO VERDE. **Acordo entre a Santa Sé e a República de Cabo Verde relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica em Cabo Verde**. jun. 2013. Disponível em: <http://bibliotecanonica.net/docsan/btcanv.pdf>. Acesso em: 19 de abr. de 2022.



COIMBRA, Leonilda Tavares de Almeida. **As Relações de Género no Ensino Pré-Escolar:** Um estudo nos Jardins-de-Infância “Sorriso das Crianças” e “Nosso Amiguinho” na cidade da Praia. 2010. 89 f. Monografia (Licenciatura em Educação de Infância) – Setor de Educação, Universidade de Cabo Verde, 2010.

DELGADO, Paulo S. da Graça. **Implementação da Disciplina Educação Moral Religiosa Católica no Sistema de Ensino e o processo de secularização em Cabo Verde.** 184f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFSC. Florianópolis, Brasil, 2017.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. Educação e Sociedade. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.** Rio de Janeiro. p. 499-455, 2019.

FORTES, Celeste. “Casa sem homem é um navio à deriva”: Cabo Verde, a monoparentalidade e o sonho de uma família nuclear e patriarcal. **Anuário Antropológico**, Brasília, v.40, n.2, p.151-172, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Claudio Alves; VIEIRA, Miriam Steffen (Orgs.). **Desigualdades sociais e dinâmicas de participação em cabo verde.** Serie Estudos Sociais Cabo-Verdianos – Vol. 3. Porto Alegre: Edições UNI-CV, Editora da UFRGS, 2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.** [online]. v.18, n. 43, p. 449-502, set./dez. 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Prática Educativa, Pedagogia e Didática.** 2. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

LOBO, Andréa. Sobre mulheres fortes e homens ausentes? Pensando conjugalidades como processos em Cabo Verde. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.19, n.2, 2016, 13-25, 2016.

LOBO, Andréa. Quando os (des)afetos “fazem famílias”. Não-ditos, mentiras e fracassos nas trajetórias de migração em Cabo Verde. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 28, n. 60, p. 205–222, set. 2020

LOBO, Andréa. As meninas de hoje em dia: Gênero, geração e (des) afetos em conversas sobre amor e sexo em Cabo Verde. **Revista de Antropologia (São Paulo, Online)**, v. 65, n. 2, e198219, USP, 2022.

LUGONES, Maria. Colonialidade e Gênero. In: SOUSA, Meri Gleice Rodrigues. **Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais**, Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2020.

MIGUEL, Francisco. “Hipocrisia”: a visão dos gays cabo-verdianos sobre o seu próprio sistema de gênero. **ACENO**, v. 3, n. 5, p. 259-276, jan./jul. 2016.

MONIZ, Elias Alfama. **Percalços do ensino colonial em Cabo Verde:** século XVI aos anos 40 do século XX. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-19, dez. 2007.



NADER, Maria Beatriz; CAMINOTTI, Jacqueline Medeiro. Gênero e Poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. **Anais** do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. 28 jul. a 1 ago. de 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org>. Acesso em: 24 de jul. de 2022.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder**. Recebido em 13 de julho de 2009. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura S; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias dos Sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

ROSA, Eli Bruno do Prado Rocha. Cisheteronormatividade como Instituição Total. petdefilosofiaufpr.wordpress.com v. 18, n. 2, p. 59-103, ago. 2020.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial, **e-cadernos CES** [Online], 18 | 2012, posto online no dia 01 décembre 2012. Consultado o 28 jun 2022. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1533>; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, n.2, vol.15, p.5-22, 1990.

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. **PAIGC: A face do monopartidarismo na Guiné-Bissau**. 2009, 117pg. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política- Universidade Federal de São Carlos, 2009.

SILVA, Joasey P. A.; CARMO, Valter M.; RAMOS, Giovana B. J. R. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**. v. 7, n. 1, p. 101-122, jan./jul. 2021.

SILVA, Carmelita Afonsoeca. Da emergência da Lei Especial contra a Violência Baseada no Gênero em Cabo Verde à sua operacionalização na Rede Sol. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 24, n. 59, p. 24-53, Jan./abr. 2022.

SILVA, Carmelita de Afonsoeca. **Trajetória de Mulheres Vítimas de Violência Conjugal: Análise a Partir da Percepção das Mulheres que Vivenciam o Drama**. Uni-CV/Universidade de Cabo Verde, 2009.

SILVA, Carmelita de Afonsoeca. Relações de Poder e Resistencia: Práticas de violência contra as mulheres na intimidade in FURTADO, Claudio Alves; VIEIRA, Miriam Steffen. **Desigualdades sociais e dinâmicas de participação em Cabo Verde**. Estudos sociais Caboverdianos. Vol.3. ISBN: 978-989-97833-6-2. Praia, set. 2013

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas**. Coleção Cultura Negra e Identidade. - 1. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. (Coleção Cultura Negra e Identidades)



VERGUEIRO, Viviane. **Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial.** Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. ISBN: 978-85-232-1866-9. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>. Acesso em: 27 de ago. de 2022.

VIEIRA, Miriam Steffen. Processos de significação em contraste: violência contra as mulheres no Brasil e em Cabo Verde. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 49, n. 1, p. 90-96, enero-abril, 2013.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) -Código de Financiamento 001.

Recebido em: 29/04/2024

Aceito em: 21/10/204